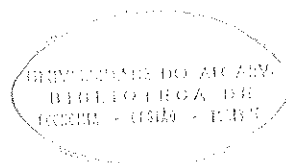


#### 4. AS ESTRUTURAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DO ALGARVE: ENTRE A REGIÃO E O LOCAL

O estudo da população de uma determinada região permite apreender o padrão de crescimento / desenvolvimento a que essa população esteve sujeita ao longo de um certo período de tempo. As características da população, nomeadamente a sua evolução, a sua estrutura e a sua actividade, reflectem o equilíbrio encontrado, no território que lhe serve de suporte, em relação ao aproveitamento dos recursos disponíveis, à satisfação global das necessidades sentidas por essa mesma população e às modalidades de inserção / subordinação dessas comunidades em relação ao tecido social global. Este último aspecto, muitas vezes ignorado, é talvez aquele que mais abertamente tem condicionado e determinado a evolução das áreas rurais. A abertura total das comunidades rurais, a difusão, com efeito estruturante, do padrão cultural urbano, as dinâmicas residenciais que começam a condicionar a ocupação do espaço rural e o reforço dos fluxos interregionais de todo o tipo, fizeram com que o mundo urbano-industrial absorvesse o mundo rural, gerando aqui novas problemáticas com incidência local, algumas delas com um forte cariz de desestruturação social das comunidades rurais.

Os efeitos decorrentes da assinalada integração dos espaços rurais não são uniformes. Geram percursos evolutivos diferenciados, espelhados naturalmente na estrutura populacional e nas modalidades de organização das actividades produtivas locais, nomeadamente da agricultura.

Nos capítulos precedentes discutiu-se o enquadramento conceptual da evolução recente das estruturas de produção agrícola, nomeadamente daquelas que se apoiam numa base familiar. O padrão de reprodução



encontrado depende, como se sublinhou, das condições sociais e económicas, locais e regionais.

A evolução conjunta das estruturas populacionais e agrárias vão obrigatoriamente reflectir os processos e o ritmo dessa integração. O seu estudo permite determinar quais os mecanismos globais e/ou locais que tiveram maior incidência e que condicionaram decisivamente aqueles processos.

Estabelecido o respectivo quadro de referência, em termos das principais tendências que afectam, na actualidade, o mundo rural dos países ocidentais, pode a interrogação sobre a evolução do Algarve rural, inicialmente colocada, começar a ser debatida.

Como foi indicado no capítulo introdutório, ir-se-á ter maior preocupação com o concelho de Loulé e, no interior deste, com algumas freguesias e núcleos populacionais.

O interesse na análise quase "microscópica" de comunidades algarvias advém da possibilidade de, deste modo, fazer ressaltar características que são imperceptíveis quando se apontam as grandes tendências regionais. Por outro lado, a apreciação fundamentada do funcionamento de explorações agrícolas, como aquelas que adiante serão estudadas, ficaria incompleta sem a necessária apresentação do nível local onde elas próprias se inserem.

#### **4.1. ALGARVE, UM MOSAICO TERRITORIAL**

A base espacial que habitualmente serve de referência ao aparelho estatístico baseia-se na divisão administrativa do território. Regiões, distritos, concelhos, freguesias são porções do território nacional, codificadas e identificadas por inúmeras séries informativas, as quais são muitas vezes manuseadas sem a devida perspectiva crítica no que respeita à heterogeneidade de condições que se registam no seu interior e à continuidade que pode verificar-se entre unidades contíguas.

O Algarve é talvez a única região do continente português com personalidade e limites indiscutíveis, fruto da História e do isolamento natural que existiu durante séculos entre este Reino e o Reino de Portugal.

Sem pretender entrar numa das polémicas tradicionais no domínio da Geografia, relativamente à dinâmica das comunidades humanas (determinista ou possibilista), o certo é que no estabelecimento dos principais aglomerados populacionais no Algarve não foram descuradas algumas das particularidades do meio que geravam aquilo a que, na actualidade, se poderiam denominar de externalidades naturais. Em ambiente mediterrâneo, como acontece com a totalidade do território algarvio, a escassa disponibilidade e/ou a irregularidade de certos recursos fundamentais ao Homem, como a água, condicionaram a localização dos núcleos populacionais e, em padrão disperso, das residências da população rural.

O condicionalismo natural impôs, no Algarve, alguns padrões espaciais claros no domínio da distribuição da população, os quais prevalecem ainda com nitidez nos nossos dias.

Podem detectar-se, no Algarve, diversas unidades sub-regionais condicionadas basicamente pela estrutura morfológica (geologia e geomorfologia) e pelo clima. Esta estrutura "assemelha-se a um amplo anfiteatro, exposto ao oceano, no qual vão sucedendo, no sentido Norte-Sul, materiais metamórficos do paleozóico, rochas sedimentares dos vários andares da era secundária e, finalmente, depósitos menos consolidados de idade mais recente" (Guerreiro, 1987). Neste quadro, o padrão do *habitat* humano, a paisagem agrária, a localização dos principais centros populacionais e das vias de comunicação, as funções predominantes assumidas pelo território, embora condicionadas por aqueles elementos, têm suscitado diversas propostas de delimitação regional. Propostas estas que vão evoluindo de acordo com as preocupações sociais, económicas e ambientais dominantes.

Em termos globais, e ainda de acordo com aquela estrutura morfológica, poder-se-ão individualizar, no Algarve, as sub-regiões da Serra, do Barrocal e do Litoral. Outros aspectos geográficos, que dizem respeito à própria ocupação humana, nomeadamente o tipo de utilização agrícola do solo, o povoamento e os modos de vida (Cavaco, 1976) convergem, também, no sentido de consolidar a identidade destas sub-regiões.

No presente estudo, demarcou-se ainda uma quarta sub-região, denominada Beira-Serra. Referida já com esta designação por Leite de Vasconcelos (1936), corresponde a uma faixa de território, não muito

larga, que se estende longitudinalmente no Algarve, fazendo a transição entre a Serra e o Barrocal. Geologicamente diferencia-se dos xistos da Serra e dos calcários do Barrocal, integrando na sua constituição arenitos do Triásico amalgamados com materiais de origem sub-vulcânica. Esta gola vulcano-sedimentar, referida na bibliografia como um acontecimento geológico ímpar (Bonnet, 1850; Figueiredo, 1925), é descrita por Lautensach como "una frontera regional de una nitidez que se dá sólo raramente en el mundo" (Lautensach, 1967) (Fig. 4-1).

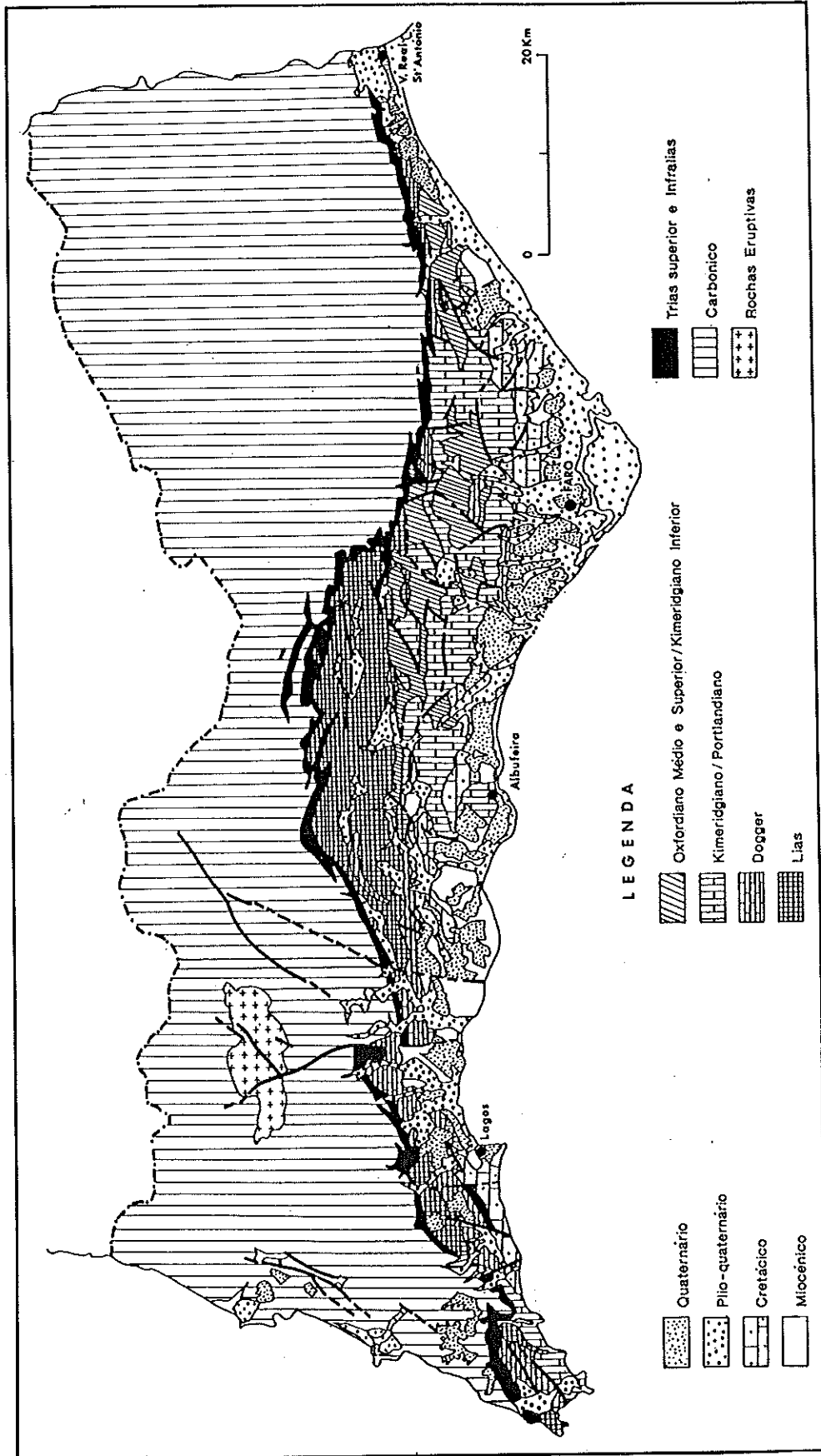
A sub-região da Beira-Serra teve, no dizer de Medeiros-Gouveia (1938) "uma acção centripetante sobre o homem". É ao longo desta "fita geológica" que se localizam os principais aglomerados populacionais do interior do Algarve, com excepção da cidade de Loulé: Vila do Bispo, Budens, Bensafrim, Silves, São Bartolomeu de Messines, Alte, Benafim, Salir, Querença, Tor, Alportel, Santa Catarina da Fonte do Bispo, S. Bartolomeu e Castro Marim, no sentido Oeste-Este.

O concelho de Loulé é dos poucos concelhos algarvios atravessado por estas quatro sub-regiões, sendo certo que algumas delas têm no seu território uma extensão pouco usual. Estende-se por cerca de 765 Km<sup>2</sup> e subdivide-se em dez freguesias. Por este motivo, a sua escolha em termos de área de estudo tornou-se particularmente importante, uma vez que aí confluem, com uma expressão territorial significativa, as quatro sub-regiões naturais do Algarve.

#### **4.2. ALGARVE - 1991: UM MÁXIMO DEMOGRÁFICO PROVOCADO PELA IMIGRAÇÃO**

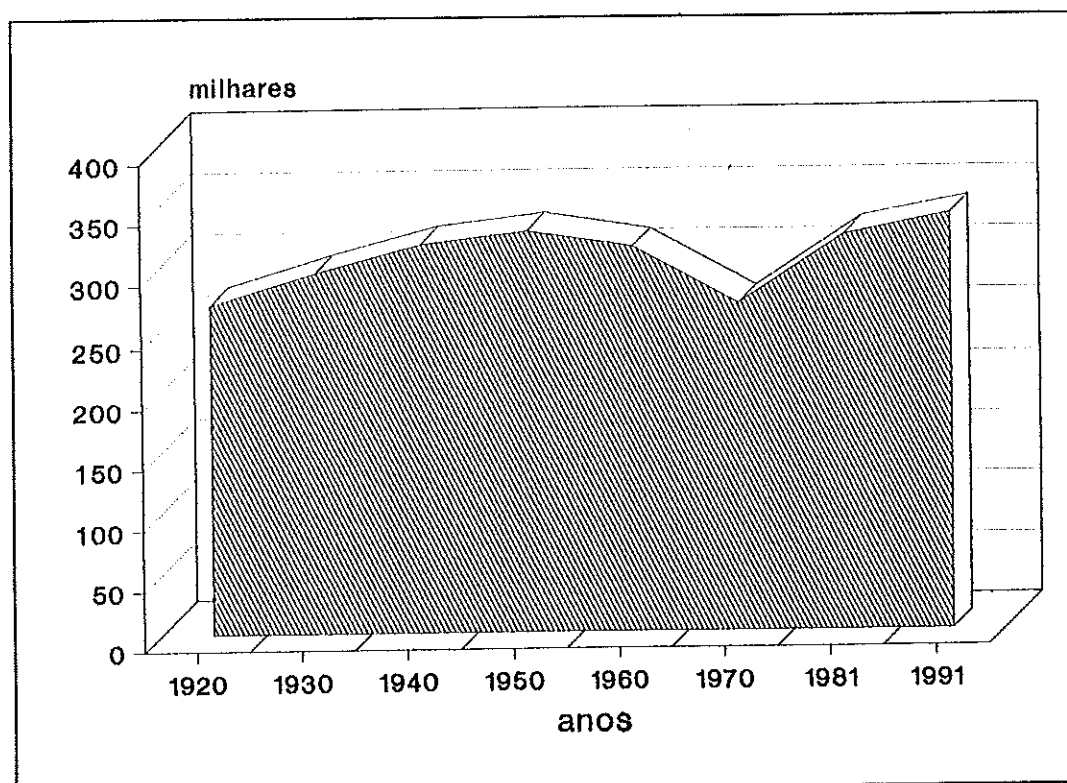
Em termos demográficos, o Algarve tem globalmente crescido desde 1970, esperando-se que ultrapasse os 350 mil habitantes por volta do ano 2000. O crescimento da população foi afectado negativamente nos decénios de 50 e 60. O fenómeno emigratório esteve na origem desde decréscimo (Fig. 4.2), o qual marcou, como é sabido, praticamente todo o território nacional. Não obstante a desaceleração do crescimento demográfico naqueles decénios, a população algarvia atingiu, no último Recenseamento (1991), o seu máximo demográfico deste século, o que só foi possível devido a uma taxa de crescimento muito elevada verificada nos anos 70 e 80. Na verdade, e fazendo referência apenas ao último decénio (1981-91), a taxa de crescimento anual médio foi de 0.5%, cerca de 25 vezes superior à taxa homóloga nacional.

FIGURA 4-1  
ESBOÇO GEOLÓGICO DO ALGARVE



Fonte: Costa *et al*, 1985

Figura 4-2  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE  
DO ALGARVE (1920 - 1991)



Fonte: INE, Recenseamentos da população

Este crescimento foi originado principalmente pela atracção exercida pelo Algarve relativamente às metrópoles do continente e a alguns países da Europa do Norte, e ao conseqüente fluxo migratório, o qual veio aproveitar as oportunidades profissionais locais, as condições de vida amenas e as infraestruturas em expansão.

A análise detalhada das componentes do crescimento global indicamos que, no período 1981-1991, o crescimento natural foi marginal, contribuindo apenas com cerca de 2% do total. Em contrapartida, o saldo migratório positivo responsabilizou-se pela quase totalidade do crescimento da região ( 98% ) (Quadro 4.1).

O Algarve, no contexto das regiões portuguesas, afirmou-se, naquele período, como a mais atractiva. A análise da população imigrante, só possível depois de estarem disponibilizados os dados

completos do Recenseamento de 1991, possibilitará a avaliação do tipo de população que escolheu o Algarve para sua residência em termos da estrutura etária, qualificação e ocupação profissional. Admite-se que os Serviços, nomeadamente a Administração Pública (incluindo o ensino), e o Comércio e a Hotelaria tenham sido os sectores onde se terá verificado uma maior absorção de forâneos.

Quadro 4-1  
POPULAÇÃO RESIDENTE NO ALGARVE E  
COMPONENTES DO CRESCIMENTO TOTAL (1981-1991)

POPULAÇÃO / CRESCIMENTO	nº	%
População Residente (31.XII.1981)	325 100	-
População Residente (31.XII.1991)	340 600	-
Crescimento total	15 500	100
Crescimento natural	320	2
Crescimento migratório	15 180	98

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

#### 4.2.1. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ESPACIALMENTE DIFERENCIADO

A análise dos componentes do crescimento demográfico a nível dos concelhos revela-nos algumas discrepâncias. É possível agrupar os dezasseis municípios do Algarve em quatro grupos, embora um deles (Vila Real de Santo António) manifeste uma coerência duvidosa (Fig. 4-3).

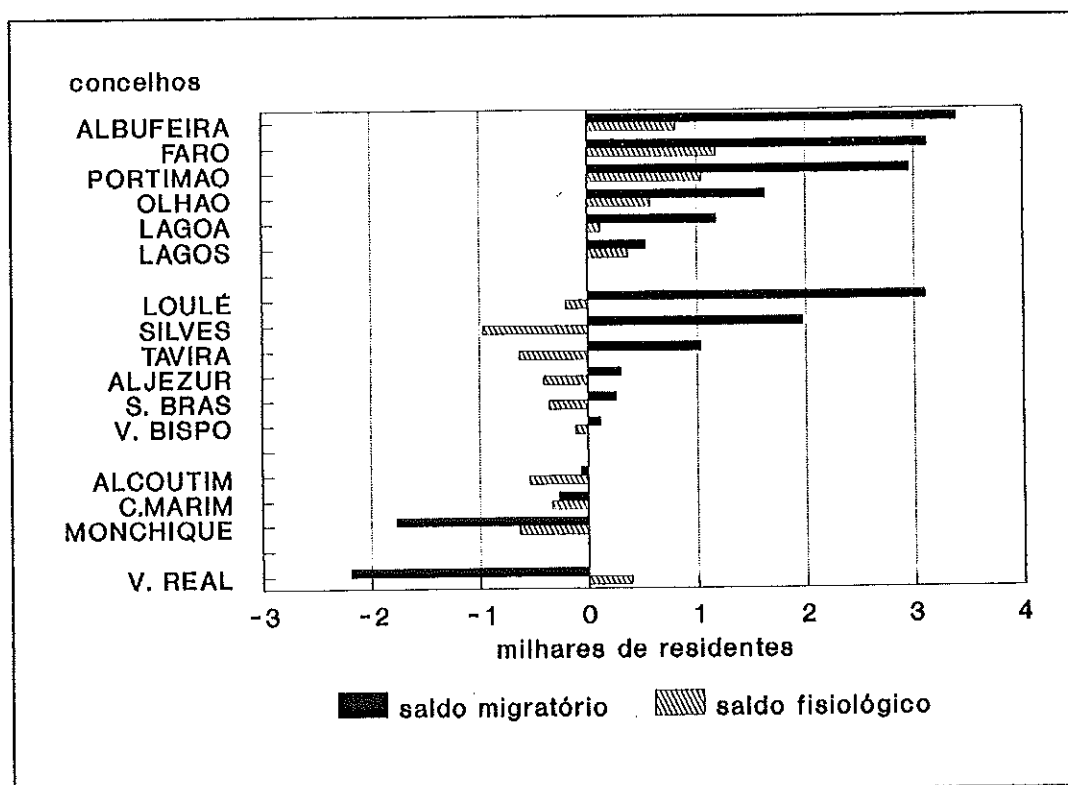
Primeiro grupo: Integra os concelhos com saldos fisiológicos e migratórios conjuntamente positivos. São concelhos com extensões territoriais pequenas, predominantemente inseridos na sub-região do Litoral, e onde as áreas de Barrocal e de Serra têm uma expressão nula ou reduzida.

Segundo grupo: Concelhos com saldos migratórios positivos mas com um crescimento natural negativo. Neste grupo incluem-se os de maior extensão territorial (Loulé, Silves e Tavira), os quais possuem grande parte das respectivas áreas nas sub-regiões do Barrocal, Beira-Serra e Serra. Deste grupo

fazem também parte alguns concelhos de transição, como S. Brás de Alportel.

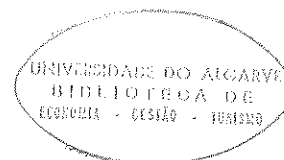
Terceiro grupo: Neste grupo aparecem os concelhos com crescimentos negativos, resultantes não só de saldos fisiológicos negativos como também de valores de emigração superiores aos de imigração. Estão neste caso os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Monchique, estruturalmente repulsivos, o último dos quais foi o que maior decréscimo acusou na década considerada (< 25%).

Figura 4-3  
CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO  
NOS CONCELHOS DO ALGARVE  
(1981-1991)



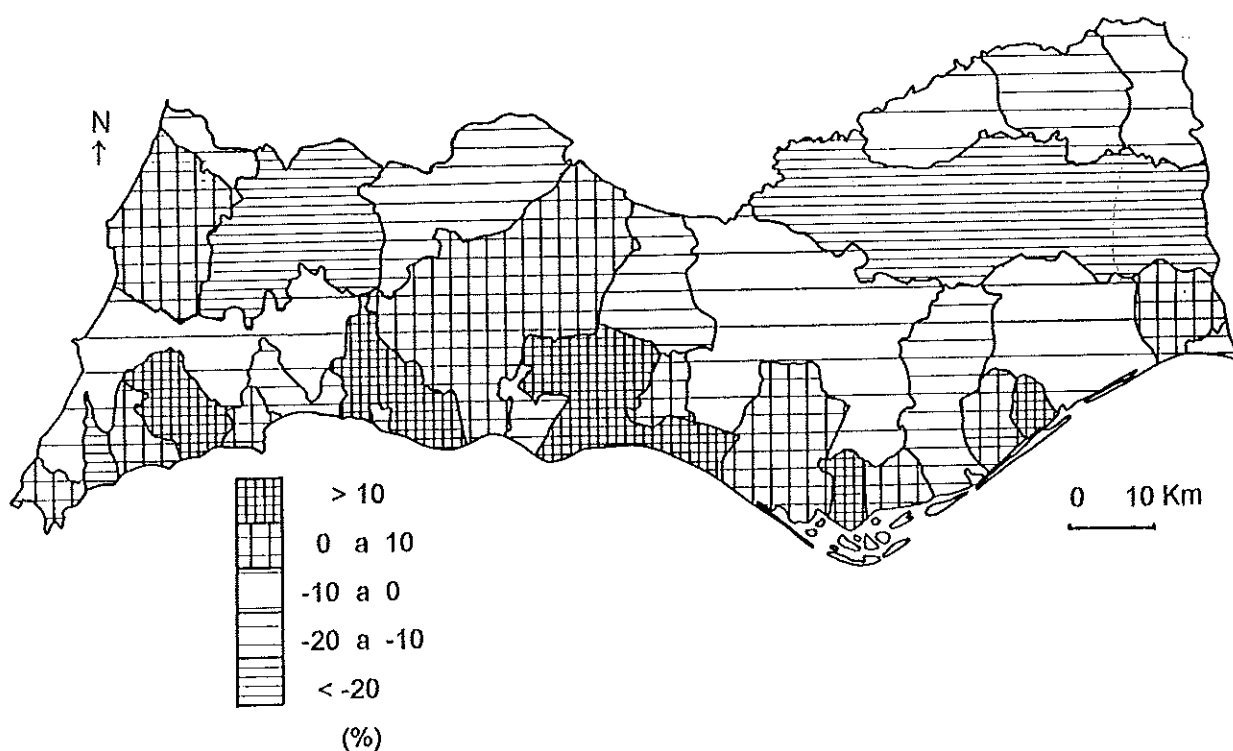
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Recenseamentos da População

Quarto grupo: Constituído apenas pelo concelho de Vila Real de Santo António. Subsistem, todavia, grandes dúvidas sobre a



fiabilidade do resultado apresentado pelo Censo de 1991 para a população residente neste concelho. Com um saldo fisiológico positivo, o pretense abandono de mais de duas mil pessoas (cerca de 14% da população residente em 1981) trouxe este pequeno e partilhado concelho para a posição ímpar que ocupa no panorama regional: crescimento total negativo e crescimento natural positivo. Deficiências detectadas na operação do recenseamento de 1991, conjugadas com a deslocação de população residente para o vizinho concelho de Castro Marim (nomeadamente para a povoação de Altura), poderão explicar parcialmente esta suposta drenagem para o exterior da população de Vila Real de Santo António.

Figura 4-4  
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE  
DO ALGARVE (1981 - 1991)



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Pela análise a nível das freguesias, verifica-se que em geral as taxas de crescimento positivo atingiram valores mais moderados do que as registadas no decénio precedente (Cavaco, 1984); o mesmo não aconteceu com as taxas negativas, que mantiveram ritmos semelhantes (Fig. 4.4).

As freguesias que tiveram um crescimento superior a 20% situam-se todas na orla litoral e estão associadas aos principais centros urbanos algarvios: Albufeira, Faro, Lagos, Portimão, Quarteira e Tavira. No interior destacam-se também algumas freguesias com crescimentos positivos, nomeadamente aquelas que são atravessadas pelo principal itinerário rodoviário de acesso ao Algarve: a EN 125 / IP1. As freguesias que sofreram maior decréscimo localizam-se na Serra de Monchique e na faixa de território que se estende pela Serra do Caldeirão até ao Rio Guadiana. Os extremos de variação no decénio considerado (1981-1991) são protagonizados por Marmeleite, em Monchique, e por Quarteira, em Loulé, com valores que atingem respectivamente 33.4% negativos e 38.9% positivos.

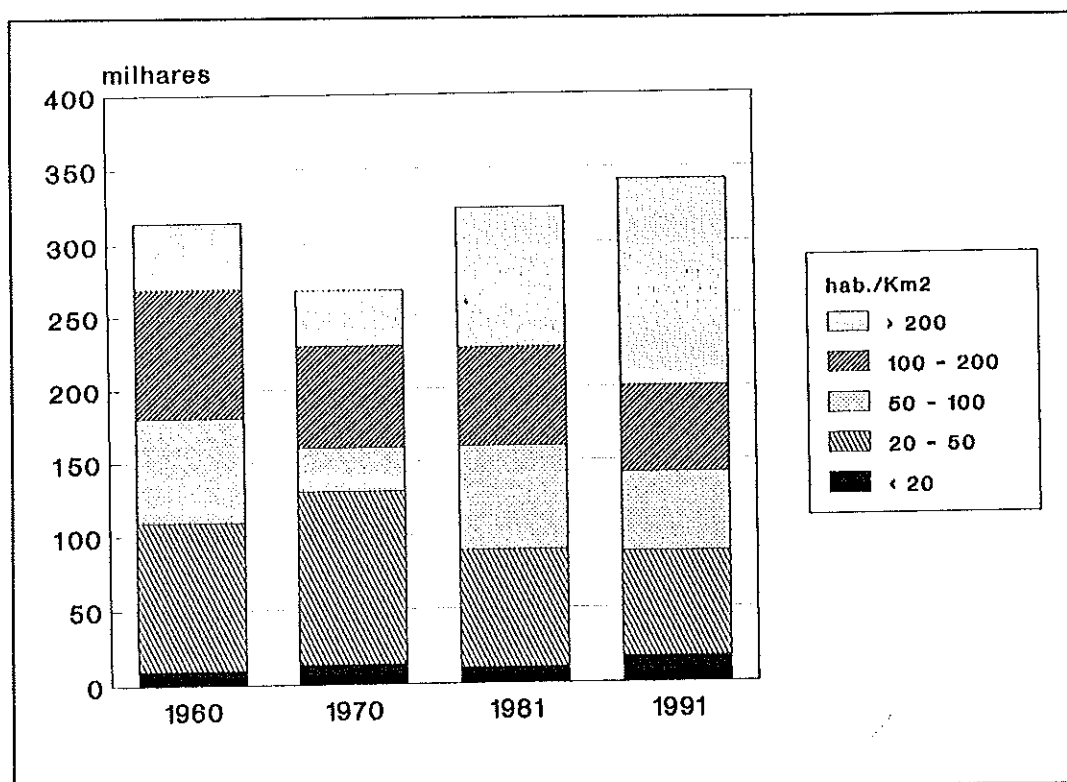
#### 4.2.2. CONCENTRAÇÃO E DESPOVOAMENTO: DUAS FACES DA MESMA MEDALHA

No período 1981-1991, verificou-se, além disso, um reforço das áreas mais densamente povoadas. A população residente não só aumentou globalmente, como também esse acréscimo foi beneficiar principalmente os concelhos onde as densidades populacionais eram já bastantes superiores à média regional (Fig. 4.5).

Esta tendência tem, aliás, marcado a evolução populacional do território algarvio nos últimos trinta anos. A evolução da população residente desde 1960, tomados os dados censitários, delimitou áreas de constante atracção populacional e áreas de permanente e forte repulsão. A Serra do Caldeirão e o Planalto de Alcoutim, a Serra de Monchique e algumas freguesias do Litoral Ocidental constituem a mancha repulsiva por excelência (Fig. 4-6), agrupando as que têm sofrido sucessivos decréscimos populacionais nos períodos intercensitários considerados (1960-70, 1970-81 e 1981-91). Este grupo de freguesias representa mais de metade da área do Algarve e nela estava fixada, em 1991, apenas 10% da população residente. Portimão e Lagos foram as únicas

freguesias que apresentaram acréscimos em qualquer dos três períodos considerados.

Figura 4-5  
POPULAÇÃO DO ALGARVE SEGUNDO AS DENSIDADES  
POPULACIONAIS DOS CONCELHOS ONDE RESIDE (1960-1991)



Fonte: INE, Recenseamentos da População

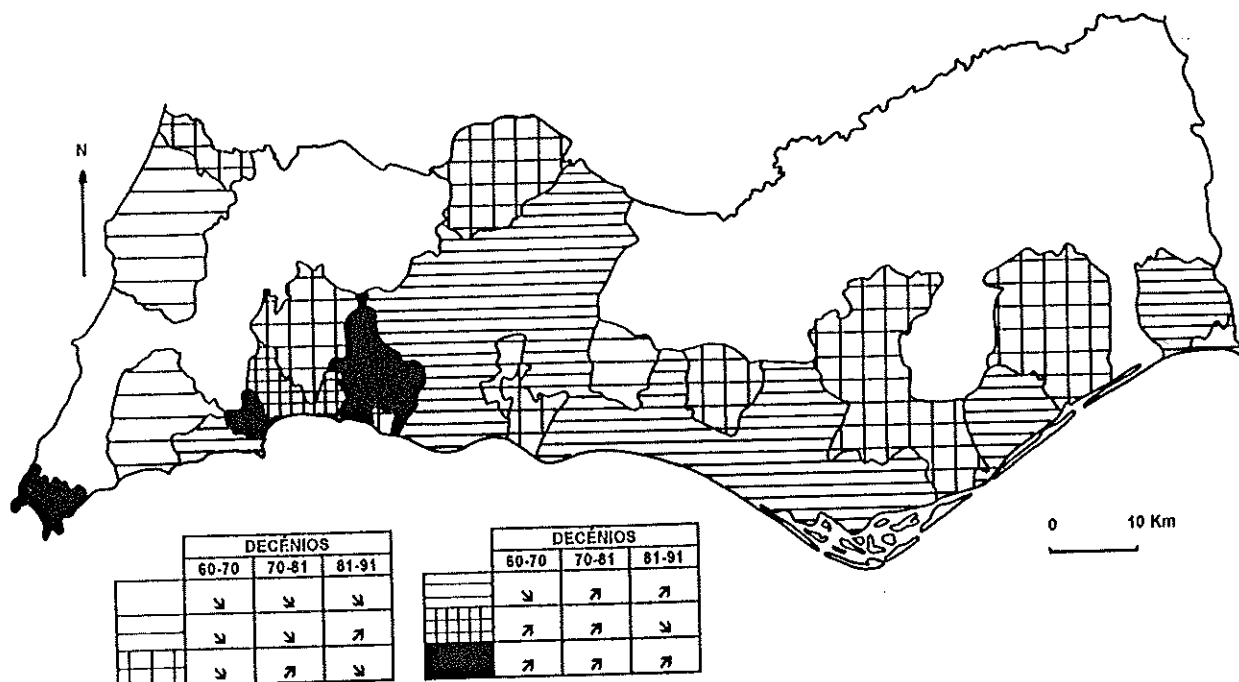
Contudo, verifica-se a existência de uma grande área com um forte dinamismo demográfico, a qual tem registado variações positivas significativas da população residente desde 1970. Esta última área reunia, em 1991, cerca de 53% da população residente.

#### 4.2.3. ESTRUTURA FUNCIONAL DESEQUILIBRADA E ENVELHECIDA

A estrutura etária da população algarvia tem evoluído conjugadamente no sentido do chamado envelhecimento na base e no

topo (Nazareth, 1988): diminuem os jovens e aumentam os velhos, respectivamente (Quadro 4-2).

Figura 4-6  
TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO  
RESIDENTE NO ALGARVE ENTRE 1960 E 1991



Fonte: INE, Recenseamentos da População

A estrutura etária da população do Continente (1991) é manifestamente diferente da estrutura regional. O grupo dos velhos queda-se pelos 13.2%, enquanto que o dos jovens ultrapassa 20%, colocando o Algarve de hoje numa situação demográfica desequilibrada quando comparada com a do Continente. O fluxo de imigrantes não foi, até ao presente, suficientemente jovem ou intenso para inverter a tendência de envelhecimento populacional na base que se verifica na região. As desigualdades intrarregionais e a ausência de dinamismo em grande extensão do território do Algarve, condicionam a situação, retiram importância a alterações positivas que se manifestam localmente e

dificultam a recuperação. Notam-se, contudo, indícios de recuperação que, embora de uma forma incipiente, aparecem em algumas pequenas áreas da região.

Quadro 4-2  
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE  
NO ALGARVE (1960 - 1991) (%)

GRUPOS ETÁRIOS	ANOS			
	1960	1970	1981	1991
0 - 14	23.5	21.1	21.1	17.9
15 - 64	66.0	64.9	63.1	64.8
>= 65	10.5	14.0	15.8	17.3

Fonte: INE, Recenseamentos da População

#### 4.2.4. POPULAÇÃO ACTIVA COM FORTE PREDOMÍNIO NOS SERVIÇOS

A estrutura da população activa reflecte o surto de crescimento do chamado sector terciário, onde predominam as actividades relacionadas com o Comércio, a Hotelaria e os Serviços. O sector agrícola ocupava, em 1960, mais de 50% da população activa, valor que desceu em 1990 para menos de 20% (Fig. 4-7).

Quadro 4-3  
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA<sup>1</sup>  
EM PORTUGAL, NO ALGARVE E NO CONCELHO DE LOULÉ  
(1960 - 1991)

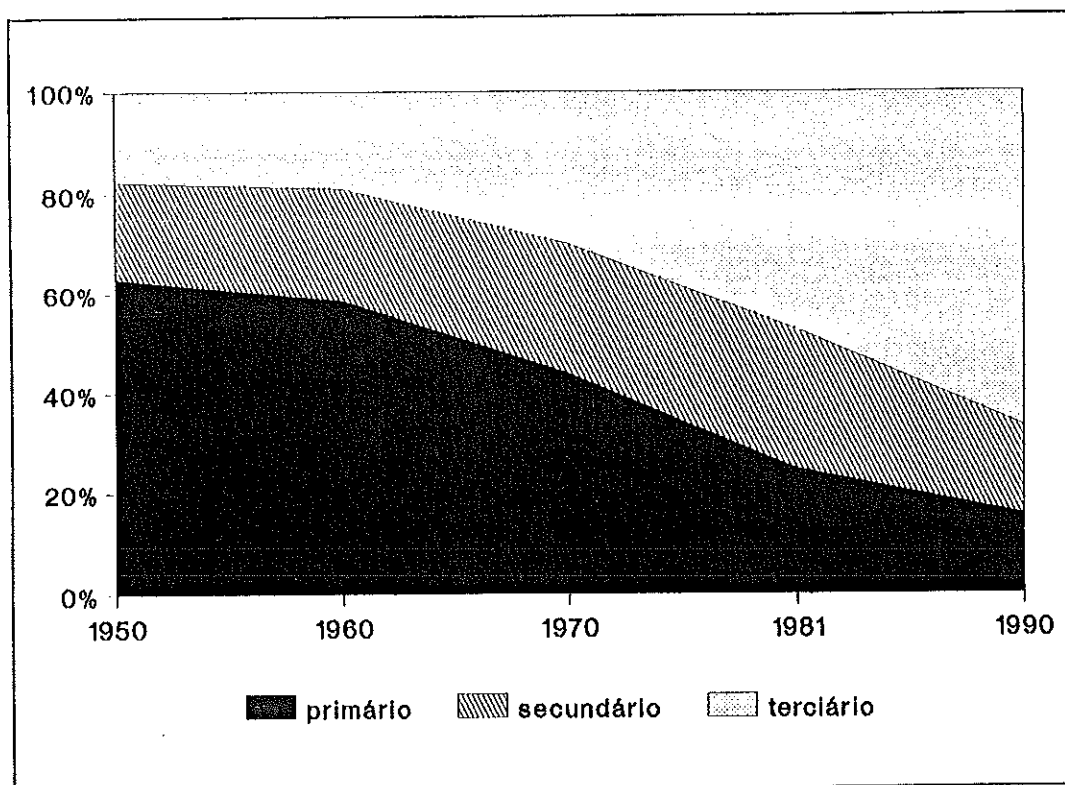
DIVISÕES ADMINISTRATIVAS	ANOS			
	1960	1970	1981	1991
PORTUGAL	59.1	61.7	58.9	50.6
ALGARVE	51.6	53.9	58.4	54.2
LOULÉ	-	-	63.0	56.6

Fonte: INE, Recenseamentos da população

<sup>1</sup>Índice de Dependência - (População 0-14 anos + População 65 e mais anos)/ População 15-64 anos

Para além das solicitações do sector terciário que pressionam as gerações mais novas, esta transferência da população activa ao longo dos últimos trinta anos fez-se, também, através do reforço de duas características importantes: sazonalidade e pluriactividade.

Figura 4-7  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA DO ALGARVE  
1950 - 1990



Fonte: INE, Recenseamentos da População e SEPDR (1993)

Cerca de 25 a 30 % da população activa empregada no período do Verão abandona funções no início do Outono e procura retomá-las no final da Primavera do ano seguinte. Os sectores de actividade mais afectados são os dos "Restaurantes e Hotéis", "Transportes", "Construção civil" e "Banca, seguros e serviços às empresas".

No domínio da população activa e na situação de trabalhador por conta de outrem, a agricultura acusa uma variação sazonal mínima devido ao facto dos assalariados agrícolas constituírem um grupo

marginal dentro dos profissionais activos do sector, onde se inclui um número apreciável de alentejanos. A quase totalidade do trabalho agrícola é assegurado pelos próprios produtores, com a ajuda de membros dos respectivos agregados familiares.

O outro aspecto importante diz respeito à pluriactividade. Um largo segmento da população activa algarvia reparte o seu tempo entre uma actividade principal e outra(s) considerada(s) como de complemento. Esta estratégia tem uma expressão assinalável não só na produção agrícola, como também em sectores ligados à gastronomia regional (pastelaria e doçaria), ao artesanato, à hotelaria (oficial e não oficial) e aos serviços. Torna-se difícil fazer a distinção entre as actividades principais e aquelas que se admitem serem complementares.

Como se afirmou noutra ocasião (Guerreiro, 1992a), aquela distinção é muitas vezes imprecisa, nomeadamente quando se está em presença de estratégias familiares. A procura da diversificação de actividades pode corresponder a diferentes estratégias, explícitas ou camufladas, tendentes a satisfazer eventuais necessidades básicas, mas também com objectivos profissionais, ocupacionais, lúdicos ou, ainda, no sentido de complementar o rendimento disponível.

#### **4.3. LOULÉ: UM CONCELHO COM VINCADOS CONTRASTES**

Loulé é um dos concelhos do Algarve onde a diversidade regional, biofísica e humana, mais se faz notar. Estende-se desde o mar até ao Alentejo e nele têm sucessivamente expressão as sub-regiões naturais que atrás identificámos.

A diversidade do território comporta formas específicas de ocupação do espaço, níveis de desenvolvimento diferenciados e expectativas particulares de progresso, em alguns casos com resultados frustrantes. A análise que se segue incidirá predominantemente nos espaços rurais do concelho.

Duas perspectivas de abordagem espacial serão, então, utilizadas:

- a) A primeira perspectiva será analisada ao nível da freguesia. No concelho de Loulé existem presentemente dez freguesias. Embora

algumas delas possam reflectir problemáticas homogêneas, o certo é que em outras freguesias a diversidade é notória. O dinamismo local aparece, nalguns casos, induzido por factores estranhos ao próprio limite administrativo.

b) A segunda perspectiva recorrerá à delimitação de sub-regiões naturais com o objectivo de sublinhar como certas características da dinâmica local, nomeadamente no domínio da demografia e da actividade económica, não podem ser tornadas perceptíveis apenas recorrendo à unidade freguesia. Esta segunda escala de trabalho exige a disponibilidade de uma base de dados a nível de lugar, o que nem sempre foi possível encontrar. Existe, porém, alguma informação para os anos referentes aos quatro últimos momentos censitários (1960, 1970, 1981 e 1991).

#### 4.3.1. CRESCIMENTO INDUZIDO PELO LITORAL

A população residente no concelho de Loulé não atingiu, em 1991, os 50 mil habitantes. O seu máximo demográfico está ainda representado pelo Recenseamento de 1940, o qual registou uma população próxima dos 52 mil habitantes. Desde essa data e até ao início dos anos 70, a população acompanhou a tendência regional de diminuição, chegando a aproximar-se dos 30 mil habitantes.

Nos últimos dois decénios, de 1970 a 1991, o concelho tem recuperado o seu potencial demográfico, à semelhança aliás de outros concelhos da região. O facto de existirem no seu interior contrastes fortemente marcados leva a que as hipotéticas tendências de recuperação de certas áreas sejam diminuídas pelo efeito contrário protagonizado por outras mais desfavorecidas, o que obriga a uma análise detalhada, incidindo sobre as freguesias e as sub-regiões. Para sublinhar esta diversidade, bastará recordar que, em 1991, a densidade populacional referida aos territórios das freguesias, variava entre a Serra e o Litoral na proporção de 1:48.

No que respeita à população residente, podem detectar-se três factores principais que induziram um crescimento positivo no último decénio:

- proximidade do Litoral e da praia;

- proximidade do principal eixo rodoviário do Algarve (Estrada Nacional nº 125);
- proximidade da sede do concelho.

Quadro 4-4  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E FAMILIAS,  
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS NAS FREGUESIAS E SUB-REGIÕES  
DO CONCELHO DE LOULÉ  
(1981 = 100)

	FREGUESIAS, SUB-REGIÕES E CONCELHO	POPULAÇÃO TOTAL			FAMI- LÍAS	ALOJA- MENTOS	EDIFI- CÍOS
		1960	1970	1991	1991	1991	1991
1	AMEIXIAL	167	131	78	83	77	77
2	ALTE	155	109	86	90	105	105
	SALIR	159	109	93	95	100	101
	BENAFIM	136	95	95	95	84	85
	QUERENÇA	139	94	96	108	95	94
3	S.SEBASTIÃO	124	91	96	98	96	91
	S.CLEMENTE	85	73	102	107	136	112
	BOLIQUEIME	124	103	116	119	145	133
4	ALMANCIL	68	67	107	123	181	168
	QUARTEIRA	48	42	139	147	310	243
	SERRA	202	137	* 77	82	80	80
	BEIRA-SERRA	80	107	* 99	105	103	103
	BARROCAL	108	85	* 105	108	124	111
	BARROC. S/ LOULÉ	126	95	* 104	105	116	111
	LITORAL	49	46	* 175	156	310	256
	LOULÉ	101	80	107	112	174	135

\* população presente

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Estes três factores foram quase exclusivamente os responsáveis pelo crescimento demográfico do concelho. Este assumiu valores positivos apenas em quatro freguesias (Quadro 4-4): Almancil, Boliqueime, Quarteira e S.Clemente.

A título de exemplo, atente-se no caso da freguesia de Boliqueime (Quadro 4-5). A função organizativa e de atracção desempenhada pela principal via rodoviária do Algarve é bem elucidativa. Este efeito estende-

se, obviamente, às restantes freguesias que são atravessadas por este mesmo eixo.

Quadro 4-5  
POPULAÇÃO RESIDENTE (1981) E PRESENTE (1991)  
NA FREGUESIA DE BOLIQUEIME SEGUNDO A PROXIMIDADE DO  
LOCAL DE RESIDÊNCIA DA E.N. 125

POPULAÇÃO RESIDENTE (1981) E POPULAÇÃO PRESENTE (1991)	ANOS		Cresci- mento
	1981	1991	Δ
	nº	nº	%
LUGARES COM ACESSO DIRECTO À ESTRADA NACIONAL Nº 125	1 839	2 566	+ 40
LUGARES SEM ACESSO DIRECTO À ESTRADA NACIONAL Nº 125	1 877	1 829	- 3
TOTAL DA FREGUESIA DE BOLIQUEIME	3 804 *	4 456 *	+ 17

\* Inclui os isolados

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Afinando o nível de análise e explorando a situação referente às sub-regiões naturais do concelho de Loulé, verifica-se que a população serrana sofreu um acentuado decréscimo no último decénio (- 23%). Cerca de 2/3 da população residente na área da Serra abandonou esta sub-região nos últimos trinta anos (Quadro 4.4).

O Litoral, pelo contrário, registou um acrécimo significativo, quase duplicando a população nos últimos dez anos.

O Barrocal e a Beira-Serra tiveram um comportamento quase paralelo, acusando uma estabilidade demográfica ao longo dos anos 80. Se analisarmos a sub-região do Barrocal, sem a sede do concelho, a tendência identifica-se aqui praticamente com a verificada na Beira-Serra.

#### 4.3.2. PULVERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E ENVELHECIMENTO DOS SEUS MEMBROS

O número de famílias residentes no concelho sofreu uma variação que, curiosamente, não se identificou, no decénio considerado, com o movimento geral da população. Nas freguesias de crescimento positivo, o número de famílias cresceu também no mesmo sentido mas a uma taxa superior ao da população. Nas restantes, o decréscimo do número de famílias foi normalmente mais moderado do que o da população, havendo mesmo um caso em que a população diminuiu no período 1981-1991, enquanto que, paralelamente, o número de famílias registou um aumento (freguesia de Querença, Quadro 4.4).

Esta variação do número de famílias residentes, contraditória numa primeira análise, resulta de uma recomposição destas células sociais de base, verificada sobretudo nas regiões de deficiente potencial de crescimento natural, recomposição que atinge nomeadamente a dimensão do agregado familiar e a idade média dos seus membros.

Os agregados familiares de 1 e 2 pessoas aumentaram significativamente devido a vários factores, que a seguir se indicam e aos quais está associado o envelhecimento da população local. Esses factores são:

- retorno de casais, depois de abandonada a vida activa noutra região do país ou após o período de emigração no estrangeiro, normalmente com os filhos já independentes;
- saída dos filhos jovens, com vista à procura de ocupações não agrícolas, provocando a redução do número de pessoas da família e limitando os que ficam apenas às gerações mais idosas;
- morte de um dos conjuges, no caso de casais idosos, contribuindo para o aparecimento de agregados unipessoais.

Embora com outro significado, contribuiu também para a situação que foi descrita a fixação de casais jovens, resultantes de estratégias matrimoniais locais, e ainda sem filhos, embora o aparecimento do primeiro filho provoque normalmente a transferência da respectiva

residência para núcleos populacionais mais importantes, onde possam beneficiar de equipamentos educativos e de serviços de assistência, os quais são ainda insuficientemente difundidos nestas áreas.

A diminuição da dimensão média das famílias tem sido gradual, acentuando-se mais nas áreas rurais marginais da Serra. No conjunto da região do Algarve, essa quebra foi, em 40 anos, de quase uma pessoa: 3.7 pessoas por família, em 1950, para 2.9, em 1991.

No concelho de Loulé, e tomando apenas o último decénio, a evolução, embora negativa, foi diminuta. A dimensão média das famílias manteve-se próxima às três pessoas, embora com valores ligeiramente inferiores.

Pode confirmar-se esta característica através do panorama familiar em duas freguesias e duas aldeias do concelho de Loulé, nos anos de 1981 e de 1991 (Quadro 4.6), para as quais dispomos de informação. O decréscimo do número de famílias afecta com maior vigor as áreas da Serra, com valores em torno de 20%. As variações ocorridas na Beira-Serra e nas freguesias de transição, embora negativas, são bastante mais moderadas do que a que se verificou na Serra. Está igualmente bem patente o reforço verificado nas famílias de pequena dimensão (1 e 2 pessoas), tanto em Ameixial e na Corte João Marques, como em Querença e na Aldeia da Tôr.

#### 4.3.3. REFORÇO DA CONCENTRAÇÃO NO LITORAL

Paralelamente à evolução demográfica global considerada, verificou-se uma tendência no sentido da concentração da população nos principais núcleos populacionais e do abandono dos núcleos dispersos.

O padrão do *habitat* rural do Algarve e, nomeadamente do concelho de Loulé, não é homogéneo. Distingue-se bem o povoamento concentrado, na Serra, do povoamento misto, com dispersão intercalar entre as aldeias, da Beira-Serra e do Barrocal. No Litoral, predominam os núcleos urbanos.

Quadro 4-6  
**FAMILIAS RESIDENTES EM DUAS FREGUESIAS E DUAS ALDEIAS  
 DO CONCELHO DE LOULÉ, SEGUNDO A DIMENSÃO (%)**  
 1981 - 1991

DIMENSÃO DAS FAMILIAS (nº pessoas)	FREGUESIAS				ALDEIAS			
	AMEIXIAL (1)		QUERENÇA (2)		CORTE JOÃO MARQUES (3)		ALDEIA DA TÔR (4)	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
1 - 2	51.6	58.7	50.6	55.4	60.9	66.7	43.9	49.3
3 - 4	34.8	28.6	36.9	31.7	26.1	11.1	40.2	33.1
> 4	13.6	12.7	12.5	12.9	13.0	22.2	15.9	17.6
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

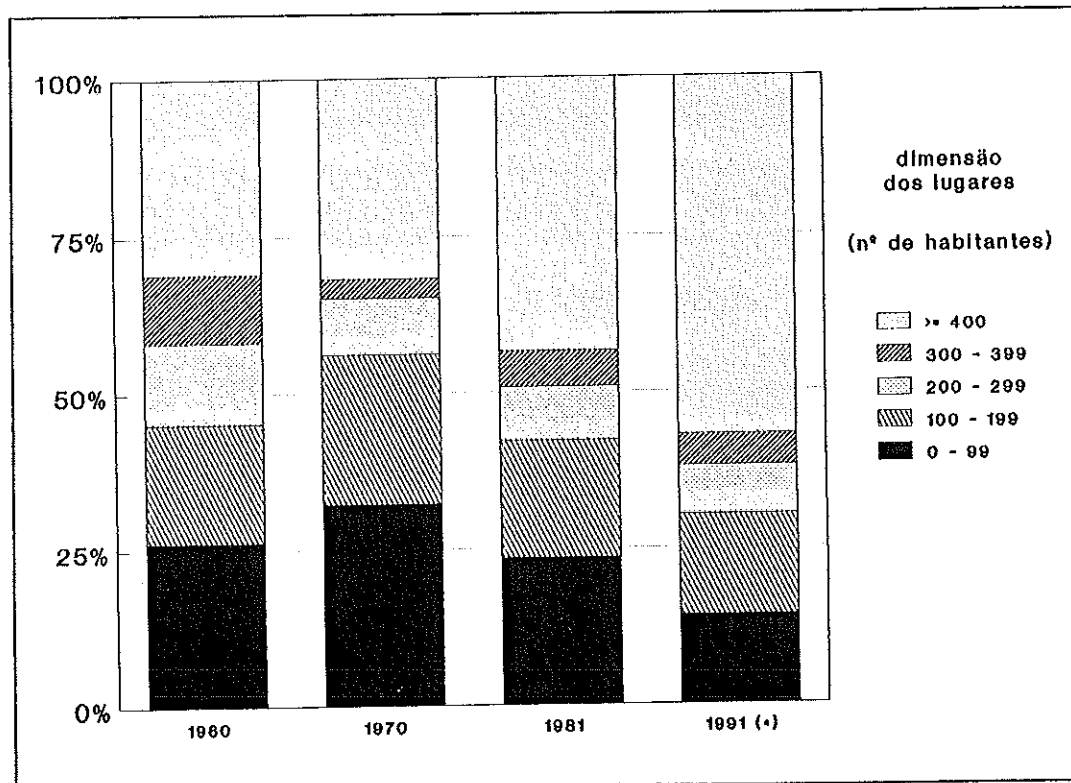
Nº de famílias	399	322	642	596	23	18	296	278
Δ 1981/91	- 19.3 %		- 7.2 %		- 21.7 %		- 6.1 %	

(1) Serra  
 (2) Freguesia de transição Serra - Beira-Serra - Barrocal  
 (3) Serra, aldeia da freguesia de Ameixial  
 (4) Beira-Serra, aldeia da freguesia de Querença  
 Fonte: INE, Recenseamento da População - 1981 e J.F.s - 1991

No âmbito do concelho de Loulé, os lugares com menos de 100 habitantes representavam, em 1991, uma fatia de cerca de 12% da população residente, rivalizando com os cerca de 25% característicos dos anos 60 (Fig. 4-8). Por outro lado, a população que se concentra nos núcleos com uma dimensão superior a 400 habitantes quase atingiu, em 1991, os 60% da população residente, resultado de uma duplicação, em apenas vinte anos, deste segmento da população.

Se utilizarmos como referência 1991, para que já dispomos de informação por sub-regiões podemos avaliar o comportamento espacialmente diferenciado da população naquelas quatro sub-regiões (Fig. 4-9). No Litoral, o peso da população de Quarteira leva a que mais de 75% desta sub-região esteja concentrada em núcleos populacionais com uma dimensão superior a 400 habitantes. Na Serra, pelo contrário, é a população dos pequenos núcleos, com menos de 100 habitantes, que domina o panorama. Note-se, ainda, o comportamento do Barrocal em duas situações distintas: com a sede de concelho e excluindo-a. Neste último caso, a população concentrada em núcleos com uma dimensão superior a 400 habitantes cinge-se apenas a cerca de 25% da população total, valor que se aproxima do verificado, para a mesma classe de dimensão, na Beira-Serra.

Figura 4-8  
 POPULAÇÃO DO CONCELHO DE LOULÉ SEGUNDO A  
 DIMENSÃO DOS LUGARES DE RESIDÊNCIA  
 1960 - 1991



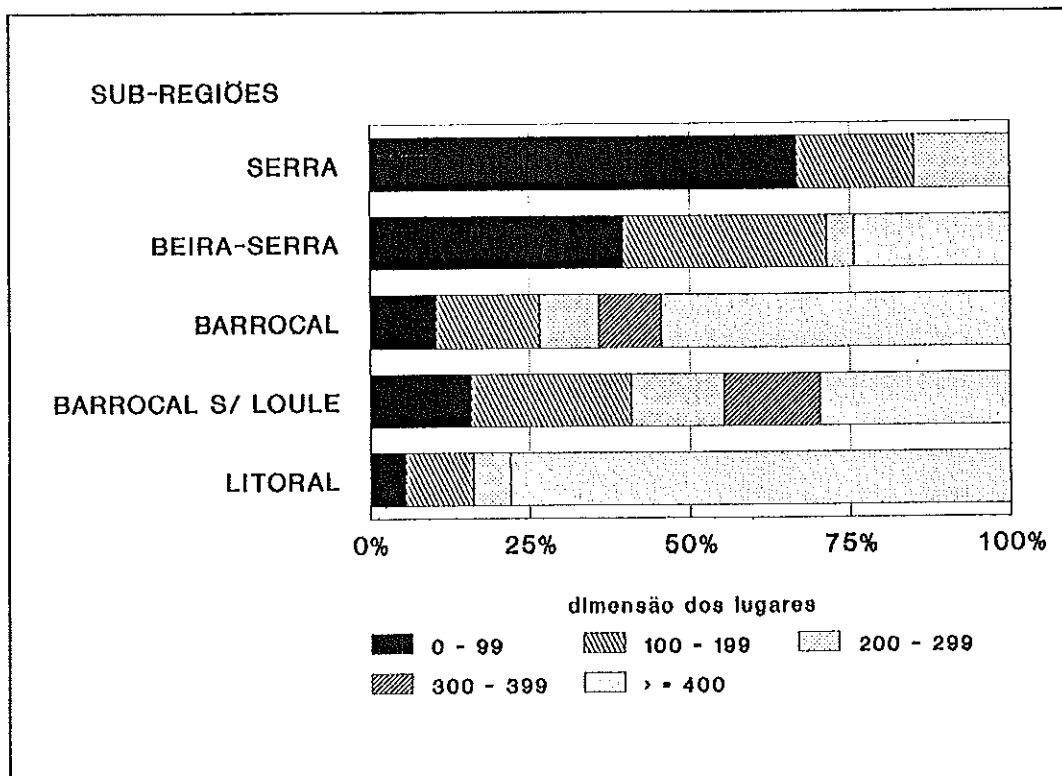
(\*) população presente  
 Fonte: INE, Recenseamentos da População

#### 4.3.4. A BEIRA-SERRA MANTÉM DENSIDADES POPULACIONAIS ELEVADAS

O concelho de Loulé tem uma densidade populacional (1991) ligeiramente inferior ao conjunto do Algarve: 62 hab./Km<sup>2</sup>.

As diferenciações introduzidas pela diversidade das sub-regiões proporcionam densidades populacionais profundamente díspares. Recorde-se que a determinação de alguns valores, referentes a características demográficas, exigem a manipulação de informação a nível de lugar. Foi o caso das densidades populacionais das sub-regiões.

Figura 4-9  
 POPULAÇÃO DO CONCELHO DE LOULÉ SEGUNDO  
 A DIMENSÃO DOS LUGARES NAS SUB-REGIÕES NATURAIS  
 1991

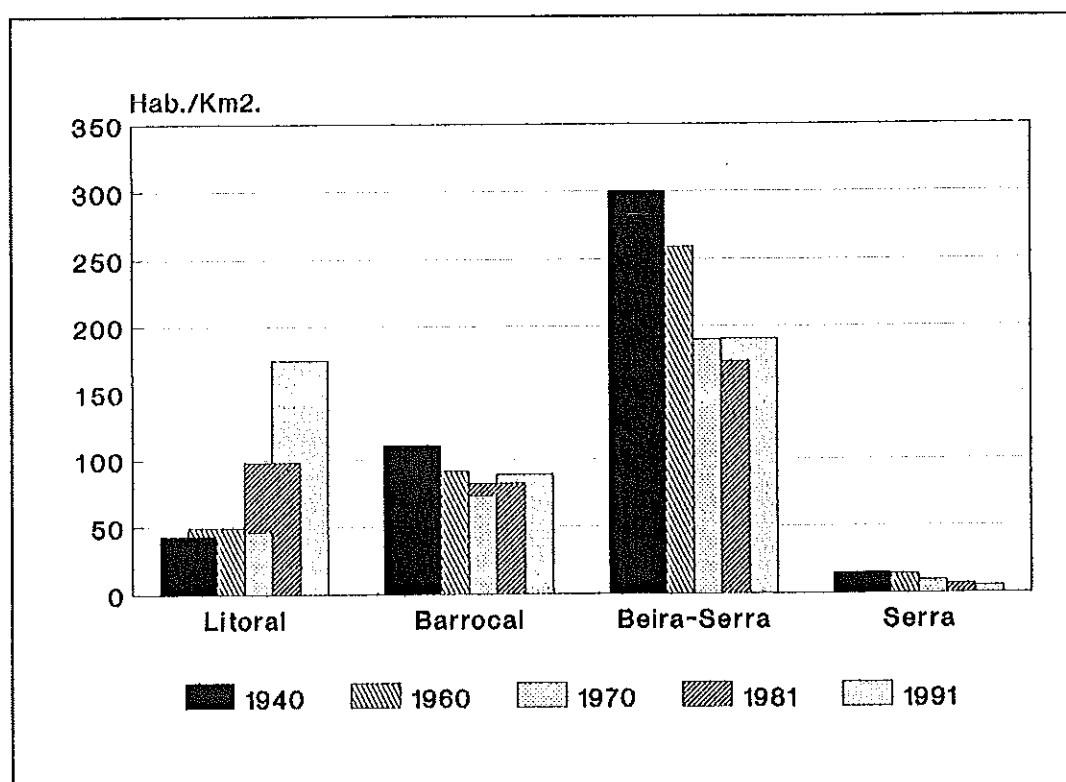


(\*) população presente  
 Fonte: INE, Recenseamento da População

Os limites territoriais impostos às sub-regiões, e que possibilitaram o cálculo das densidades populacionais, basearam-se na estrutura geomorfológica atrás referida. Embora se possa imputar a estes limites algum grau de arbitrariedade, o mesmo se passará seguramente com os limites de freguesia ou até de concelho. Em qualquer dos casos, este indicador vale pela relação estreita que fornece sobre o volume de população e a extensão do território onde aquela reside.

Com esta ressalva, veja-se a evolução da densidade populacional desde 1940 até ao último censo. O papel tradicionalmente assumido pela Beira-Serra, como área de atracção, fica, então, bem sublinhado (Fig. 4-10).

Figura 4-10  
 EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL  
 NAS SUB-REGIÕES DO CONCELHO DE LOULÉ



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Note-se que se trata de uma área de transição, entre a Serra e o Barrocal e, por este motivo, as populações aí instaladas beneficiam da diversidade que está associada ao fenómeno de fronteira. O uso dos recursos é diferenciado, consoante os calendários e os potenciais das sub-regiões que aí confluem, e a disponibilidade de solos férteis e de água da Beira-Serra é, relativamente, maior do que no Barrocal e na Serra.

Verifica-se, finalmente, que a importância da Beira-Serra se tem mantido, não obstante a tendência negativa registada até ao final dos anos 70. Detecta-se, contudo, em 1991, uma ligeira recuperação. Mas, sobretudo, os valores da densidade populacional continuavam a ser, no Recenseamento desse ano, superiores aos do Litoral.